



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PMM - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL Nº 1/2018



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova.

TIPO DE PROVA

Y

De acordo com o subitem 7.15.13 do Edital, cabe ao candidato conferir se a letra do **TIPO DE PROVA** constante em seu Cartão de Respostas corresponde a letra do **TIPO DE PROVA** desse Caderno de Questões recebido. Caso haja qualquer divergência, o candidato deverá, imediatamente, informar ao Fiscal de Sala e solicitar a substituição do Caderno de Questões.

O Cartão de Respostas será corrigido de acordo com o gabarito do **TIPO DE PROVA** constante no seu Cartão de Respostas.

Cargo: **AUDITOR (ÊNFASE EM CONTROLE INTERNO)**

NÍVEL:
SUPERIOR II

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

(Parte integrante do Edital – subitem 13.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um cargo diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões objetivas**, a proposta da **Prova de Redação** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões**, do **Cartão de Respostas** ou da **Folha de Redação** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação. Da mesma forma, não é permitido fazer registros na **Folha de Redação** que possibilite a identificação do candidato.
- A **Folha de Redação** será desidentificada pelo Fiscal na sua presença.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova (Prova Objetiva e Prova de Redação), incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de quatro horas e trinta minutos.
- Colabore com o Fiscal, na coleta da impressão digital.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas** e fazer a **Prova de Redação**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado e a **Folha de Redação**. A não entrega desse material implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido na última hora que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

TÓPICO: Língua Portuguesa

Texto 1

DOMÍCIO DA GAMA

Domício da Gama (Domício Afonso Forneiro, adotou do padrinho o Gama), jornalista, diplomata, contista e cronista, nasceu em Maricá, RJ, em 23 de outubro de 1862 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de novembro de 1925. Foi um dos dez acadêmicos eleitos na sessão de 28 de janeiro de 1897, para completar o quadro de fundadores da Academia. Escolheu Raul Pompeia como patrono, ocupando a cadeira nº 33. Foi recebido na sessão de 1º de julho de 1900, por Lúcio de Mendonça.

Fez estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, mas não chegou a terminar o curso. Seguiu para o estrangeiro em missões diplomáticas. A sua primeira missão foi a de secretário do Serviço de Imigração, e o contato, nessa época, com o Barão do Rio Branco, valeu-lhe ser nomeado secretário da missão Rio Branco para a questão de limites Brasil-Argentina (1893-1895), com a Guiana Francesa (1895-1900) e com a Guiana Inglesa (1900-1901). Foi secretário de Legação na Santa Sé, em 1900, e ministro em Lima, em 1906. Embaixador em missão especial, em 1910, representou o Brasil no centenário da independência da Argentina e nas festas centenárias do Chile. Embaixador do Brasil em Washington, de 1911 a 1918, foi o digno sucessor de Joaquim Nabuco, por escolha do próprio Barão do Rio Branco. Ao celebrar-se a paz europeia de Versalhes, Domício, como ministro das Relações Exteriores, pretendeu representar o Brasil naquela conferência, propósito que suscitou divergências na imprensa brasileira. Convidado para a mesma embaixada, Rui Barbosa recusou, e o chefe da representação brasileira foi, afinal, Epiácio Pessoa, eleito pouco depois, em seguida à morte de Rodrigues Alves, presidente da República. Domício foi substituído na Chancelaria por Azevedo Marques, seguindo como embaixador em Londres, em 1920-21. Foi posto em disponibilidade durante a Presidência Bernardes.

Em 1919 foi Presidente da Academia Brasileira de Letras, em substituição a Rui Barbosa.

Domício da Gama era colaborador da Gazeta de Notícias ao tempo de Ferreira de Araújo e, ainda no início da carreira, escreveu contos, crônicas e críticas literárias.

Texto editado. Disponível em:
<http://www.academia.org.br/academicos/domicio-da-gama/biografia>. Acesso em: 10 jul.2018.

01 Na biografia do maricaense, dentre os recursos coesivos apresentados a seguir, aquele que foi utilizado para manter o foco em “Domício da Gama” é:

- (A) a conjunção: “Escolheu Raul Pompeia como patrono...” (linha 8).
- (B) o adjetivo: “...por escolha do próprio Barão do Rio Branco.” (linhas 26-27).
- (C) o pronome apassivador: “Ao celebrar-se a paz europeia de Versalhes...” (linha 27).
- (D) o pronome demonstrativo: “...nessa época...” (linha 15).
- (E) o pronome possessivo: “A sua primeira missão...” (linha 14).

02 No trecho “... pretendeu representar o Brasil naquela conferência, propósito que suscitou divergências na imprensa brasileira” (linhas 29-31), a forma verbal “suscitou” pode ser substituída, sem alterar o sentido, por:

- (A) aumentou.
- (B) avivou.
- (C) encerrou.
- (D) provocou.
- (E) reduziu.

03 Considerando os fragmentos “Foi um dos dez acadêmicos eleitos na sessão de 28 de janeiro de 1897, para completar o quadro de fundadores da Academia” (linhas 5-7) e “Seguiu para o estrangeiro em missões diplomáticas” (linhas 13-14), pode-se afirmar que, em cada ocorrência, a preposição “para” significa, respectivamente:

- (A) com a finalidade de e com destino a.
- (B) com destino a e na hipótese de.
- (C) com o propósito de e na condição de.
- (D) na condição de e com a finalidade de.
- (E) na hipótese de e com o propósito de.

04 O conectivo sublinhado no período “Fez estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, mas não chegou a terminar o curso.” (linhas 11-13) pode ser substituído, sem alterar seu sentido, por:

- (A) contanto.
- (B) enquanto.
- (C) entretanto.
- (D) porquanto.
- (E) portanto.

05 Na Reforma Ortográfica de 2009, deixou de receber acento gráfico a seguinte palavra:

- (A) Academia. (linha 7)
- (B) cronista. (linha 3)
- (C) europeia. (linha 27)
- (D) francesa. (linha 19)
- (E) posto. (linha 37)

Texto 2

CÔNSUL!

Domício da Gama

No café de Londres, às onze horas da noite. Chove desabridamente. Entre a zoadada dos aguaceiros, que lavam a rua, ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra. A espaços um ronco 5 rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem de um guarda-chuva por baixo do jorro de uma goteira que transborda. Corre um sopro glacial de tédio e desconforto pelo café profusamente iluminado, em que já pouca gente resta. O silêncio só é 10 quebrado pelo ruído dos talheres e da conversa de três rapazes cavaqueando numa ceia econômica ao fundo. O homem do contador cochila. Sentado a uma mesinha, em frente ao prato vazio, em que um osso descarnado de galinha comemora a passagem de uma canja, está 15 um homem que cisma sobre um jornal.

GAMA, Domício. Apud SANDANELLO, F. B. Domício da Gama e o impressionismo literário no Brasil. São Luís, MA: EDUFMA, 2017. p. 169.

06 “Sentado a uma mesinha, em frente ao prato vazio, em que um osso descarnado de galinha comemora a passagem de uma canja, está um homem que cisma sobre um jornal.” (linhas 12-15). Pode substituir a expressão sublinhada, sem alteração do sentido:

- (A) comprova uma canja bem-feita.
- (B) denuncia uma canja rala.
- (C) festeja uma canja deliciosa.
- (D) indica uma canja já terminada.
- (E) revela uma canja apenas desejada.

07 No trecho do conto de Domício da Gama, são características da predominância do tipo textual descritivo:

- (A) verbos de ação e nominalizações: “Corre um sopro glacial de tédio e desconforto...” (linhas 7-8).
- (B) verbos impessoais e expressões adverbiais: “No café em Londres, às onze horas da noite. Chove desabridamente.” (linhas 1-2).

(C) verbos na voz passiva e numerosas expressões nominais: “O silêncio só é quebrado pelo ruído dos talheres e da conversa de três rapazes...” (linhas 9-11).

(D) verbos no modo indicativo e períodos curtos: “O homem do contador cochila.” (linha 12).

(E) verbos no presente e farta adjetivação: “...um ronco rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem...”, (linhas 4-6).

08 Em “Entre a zoadada dos aguaceiros, que lavam a rua, ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra” (linhas 2-4), a oração sublinhada:

- (A) centraliza a ação do período.
- (B) qualifica os aguaceiros.
- (C) identifica a zoadada.
- (D) indica as circunstâncias da chuva.
- (E) tematiza a descrição.

09 Em “...ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra” (linhas 3-4), o verbo ouvir está no plural para:

- (A) concordar com o sujeito da voz passiva.
- (B) indicar a indeterminação do sujeito.
- (C) mostrar a inexistência do sujeito.
- (D) retomar o sujeito “aguaceiros”.
- (E) revelar o ser que pratica a ação.

10 “A espaços um ronco rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem de um guarda-chuva por baixo do jorro de uma goteira que transborda.” (linhas 4-7). A expressão sublinhada é classificada como:

- (A) hipérbole.
- (B) comparação.
- (C) metáfora.
- (D) metonímia.
- (E) personificação.

TÓPICO: Raciocínio Lógico e Noções de Informática

11 Num sorteio concorrem bilhetes numerados de 1 a 500. Foi sorteado um bilhete e foi dada a informação de que saiu um número múltiplo de 5. A probabilidade de o número sorteado ser o 150 é:

- (A) 10%.
- (B) 5%.
- (C) 1%.
- (D) 15%.
- (E) 20%.

12 A sequência:

34(6)17 81(27)9 150(30)15 85(?)17

obedece a uma determinada lei de formação. O número que está faltando e que completaria a sequência pela mesma regra é:

- (A) 10.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 15.
- (E) 22.

13 O sistema de emplacamento de automóveis de certa cidade é composto de três letras seguidas de quatro algarismos. O número de placas que podem ser produzidas de modo que as três letras sejam vogais é:

- (A) 1 250 000.
- (B) 1 500 000.
- (C) 1 000 000.
- (D) 2 000 000.
- (E) 3 750 000.

14 A negação lógica da afirmação condicional “se Maria vai ao cinema, então Antônio fica triste” é:

- (A) Maria vai ao cinema, e Antônio não fica triste.
- (B) Maria vai ao cinema, ou Antônio não fica triste.
- (C) se Antônio fica triste, então Maria vai ao cinema.
- (D) se Maria não vai ao cinema, então Antônio não fica triste.
- (E) se Maria vai ao cinema, Antônio não fica triste.

15 Um caminhoneiro, com velocidade constante de 80 km/h, percorreu uma certa distância em 10 dias, viajando 6 horas por dia. Se repetir o mesmo percurso, com velocidade constante de 60 km/h, viajando 5 horas por dia, ele levará:

- (A) 12 dias.
- (B) 16 dias.
- (C) 14 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 18 dias.

16 Suponha que o usuário abriu uma pasta contendo seis arquivos no Windows 7. Ele selecionou com o mouse o primeiro e o quinto arquivos, mantendo a tecla shift apertada. Em seguida, ainda com os arquivos previamente selecionados (sem largar a tecla shift), o usuário apertou a tecla de deleção e confirmou a mensagem de deleção que apareceu em seguida. Nessas condições:

- (A) nenhum dos cinco arquivos selecionados foram transferidos para a lixeira, permanecendo na pasta de origem.
- (B) somente o primeiro arquivo e o quinto arquivo selecionados foram transferidos temporariamente para a lixeira.
- (C) todos os cinco arquivos selecionados foram transferidos e definitivamente apagados da lixeira.
- (D) somente o primeiro arquivo foi transferido temporariamente para a lixeira.
- (E) todos os cinco arquivos selecionados foram transferidos temporariamente para a lixeira.

17 No sistema de redes que suporta a Internet, a rede principal pela qual os dados de todos os clientes da Internet trafegam é conhecida por:

- (A) DNS.
- (B) backbone.
- (C) firewall.
- (D) gateway.
- (E) webmail.

18 Considere uma planilha no MS Excel 2016 em que a célula A1 esteja com o valor 5. Em seguida é pressionada a tecla CTRL e arrastado o mouse, ao mesmo tempo, com a alça de preenchimento até a célula A5. O valor contido na célula A4 é:

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 9.

19 Na Coluna I estão dispostos alguns conceitos de *hardware*. Estabeleça a correta correspondência com seus significados, conforme apresentado na Coluna II.

Coluna I

1. Padrão de barramento de alta velocidade
2. Padrão de interface para dispositivo de armazenamento
3. Memória de acesso aleatório
4. Memória não volátil
5. Local onde são executadas as instruções de um programa no microcomputador

Coluna II

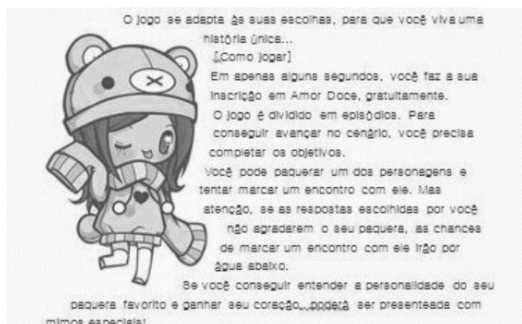
- () RAM
- () AGP
- () SATA
- () ROM
- () CPU

A sequência correta, de cima para baixo, é:

Espaço reservado para rascunho

- (A) 4, 2, 1, 3 e 5.
- (B) 4, 1, 2, 3 e 5.
- (C) 3, 5, 1, 4 e 2.
- (D) 3, 1, 5, 4 e 2.
- (E) 3, 1, 2, 4 e 5.

20 No MS Word 2016 deseja-se fazer com que um texto digitado circunde uma figura em um documento, conforme ilustrado abaixo.



Para isso, seleciona-se no grupo organizar da guia *layout* o recurso:

- (A) agrupar.
- (B) alinhar.
- (C) quebra de texto automática.
- (D) girar.
- (E) painel de seleção.

TÓPICO: Conhecimentos Específicos

21 Os poderes de Estado figuram de forma expressa na Constituição Federal de 1988. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A cada Poder de Estado foi atribuída determinada função. Assim, ao Poder Legislativo foi cometida a função legislativa ou a função:

- (A) administrativa.
- (B) estrutural.
- (C) jurisdicional.
- (D) normativa.
- (E) soberana.

22 Desde a Constituição de 1891, quando passou a ser República, o Brasil tem adotado o regime da federação como forma de Estado. Hoje tal regime tem previsão expressa na Constituição Federal de 1988 (art. 1º e 18). A característica fundamental do regime federativo é:

- (A) a ausência de autonomia para os três círculos de poder existentes no Brasil.
- (B) a descentralização política.
- (C) o poder de autoconstituição, conferido de forma expressa aos Municípios de modo a permitir que sejam regidos também por suas próprias Constituições.
- (D) que o poder central é único e soberano, não existindo outros círculos de poder.
- (E) que os entes que compõem a federação brasileira são desprovidos de autonomia.

23 A Constituição Federal de 1988 define o Ministério Público (MP) como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O MP detém autonomia financeira e administrativa, e estruturalmente:

- (A) compõem o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) é vinculado à Advocacia Geral da União.
- (C) não faz parte de nenhum dos três poderes da República.
- (D) está ligado ao Ministério da Justiça.
- (E) faz parte do Poder Judiciário.

24 De acordo com a Lei Orgânica do Município de Maricá, de 05 de abril de 1990, são de competência do Prefeito as atribuições a seguir, EXCETO:

- (A) aplicar multas previstas em lei e contratos.
- (B) autorizar aplicações, no mercado aberto, de recursos públicos disponíveis no âmbito do Poder Executivo.
- (C) conceder anistia ou remissão fiscal.
- (D) desenvolver o sistema viário do Município.
- (E) expedir decretos.

25 As minutas dos contratos da administração direta do Município de Maricá, conforme preconizado na Lei Orgânica, exceção quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes constantes de padrão aprovado, deverão ser obrigatoriamente submetidas ao exame do(a):

- (A) Procuradoria do Município.
- (B) Câmara de Vereadores.
- (C) Ministério Público Estadual.
- (D) Secretaria de Administração do Município.
- (E) Tribunal de Contas.

26 No caso de falta de empenho, ou quando os compromissos normais do Município forem apurados depois do encerramento do exercício respectivo, a despesa, após cabal justificativa da comprovação, deverá correr à conta de:

- (A) crédito extraordinário.
- (B) empréstimo.
- (C) financiamento.
- (D) parcelamento.
- (E) crédito especial.

27 A titularidade do Controle Externo, quando se referir à natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, nas Unidades Administrativas dos três poderes, pertence:

- (A) à Controladoria Geral da União.
- (B) ao Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.
- (C) ao Conselho Nacional de Auditoria.
- (D) ao Conselho Nacional de Contabilidade.
- (E) ao Coso (órgão internacional de auditoria).

28 De acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 18, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A incorporação ou a fusão de Municípios far-se-ão por:

- (A) decreto federal que contemple a possibilidade da incorporação ou da fusão.
- (B) determinação dos prefeitos dos Municípios envolvidos, com aprovação das câmaras de vereadores, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos e Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

(D) lei federal, após realização de plebiscito às populações dos Municípios envolvidos e estudos de viabilidade econômica, financeira e técnica.

(E) lei municipal, proposta e aprovada por vereadores dos Municípios envolvidos, após plebiscito às populações dos Municípios envolvidos e Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei.

29 A fiscalização do Município será exercida pelo:

(A) Ministério Público Estadual, mediante controle interno, e Procuradoria-Geral da União, mediante controle externo.

(B) Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(C) sistema de controle Municipal da Controladoria Geral da União.

(D) sistema de monitoramento de contas Municipais da Procuradoria-Geral da União.

(E) Tribunal de Contas da União, mediante controle interno, e Poder Executivo Municipal, mediante controle externo.

30 Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cabe a uma:

(A) lei ordinária.

(B) medida provisória.

(C) resolução.

(D) lei complementar.

(E) súmula vinculante.

31 De acordo com a Constituição Federal de 1988, Capítulo II – Das Finanças Públicas, artigo 164, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo(a):

(A) Banco Central do Brasil.

(B) Banco do Brasil.

(C) Casa da Moeda do Brasil.

(D) Ministério da Fazenda.

(E) Tesouro Nacional.

32 De acordo com o artigo 164, Parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, as disponibilidades de caixa do Município, ressalvados os casos previstos em lei, serão depositadas:

(A) na Secretaria de Fazenda do Município.

(B) na Subsecretaria do Tesouro Municipal.

(C) no Banco Central do Brasil.

(D) em instituições financeiras oficiais.

(E) no Tesouro Nacional.

33 O instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, é denominado plano:

(A) básico de desenvolvimento do Município.

(B) de expansão territorial e urbano.

(C) diretor.

(D) piloto.

(E) urbanístico.

34 A Prefeitura do Município de Maricá, mediante licitação, modalidade LEILÃO, vendeu veículos oficiais integrantes de seu patrimônio. Os bens eram usados, inservíveis, antieconômicos ou irrecuperáveis (conforme legislação vigente). Após serem vencidas as etapas legais e burocráticas, o leilão foi realizado e a receita gerada foi classificada de acordo com a categoria econômica, origem e espécie, respectivamente, ficando a classificação da receita assim:

(A) receita de capital, alienação de bens e alienação de bens móveis.

(B) receita de capital, alienação de bens e alienação de estoque.

(C) receita de custeio, alienação de bens e alienação de bens intangíveis.

(D) transferências de capital, resultado do Banco Central do Brasil, outras receitas de capital.

(E) transferências dos Municípios e de suas entidades, transferências de pessoas físicas e outras receitas de capital.

35 De acordo com o princípio orçamentário da TOTALIDADE:

(A) a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas.

(B) a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

(C) fica vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

(D) o registro das receitas e despesas na LOA deve ser realizado pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

(E) cada ente governamental deve elaborar um único orçamento.

36 A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um instrumento de planejamento que operacionaliza, no curto prazo, os programas contidos no Plano Plurianual (PPA). A LOA é conhecida, ainda, por garantir créditos orçamentários e recursos financeiros para a realização dos planos, programas, projetos e atividades dos entes governamentais, e por isso também é denominada como lei:

(A) da sustentabilidade.

(B) das garantias.

(C) do financiamento.

(D) dos meios.

(E) dos recursos.

37 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito das competências constitucionais da LDO, é INCORRETO afirmar que ela:

- (A) discrimina as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento.
- (B) dispõe sobre a dívida pública federal.
- (C) dispõe sobre a transparência.
- (D) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Federal.

38 A receita derivada da venda de um bem imóvel que integra o patrimônio público NÃO poderá ser destinada à compra de:

- (A) equipamentos.
- (B) material de consumo.
- (C) material permanente.
- (D) outro bem imóvel.
- (E) um caminhão.

39 As despesas empenhadas, mas não pagas até o último dia do exercício financeiro, são consideradas:

- (A) despesas de exercício anteriores.
- (B) despesas interrompidas.
- (C) despesas liquidadas.
- (D) inversões financeiras.
- (E) restos a pagar.

40 As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas:

- (A) inversões financeiras.
- (B) créditos adicionais.
- (C) operações de crédito.
- (D) subvenções econômicas.
- (E) transferências.

41 Conforme a Lei nº 6.404/76, a fim de avaliar os elementos do Ativo, os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado serão avaliados pelo:

- (A) custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- (B) custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente.
- (C) custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.
- (D) valor justo, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

(E) valor presente, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

42 A Demonstração do Resultado do Exercício discriminará as opções abaixo, EXCETO:

- (A) a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- (B) as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.
- (C) o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- (D) o lucro ou prejuízo operacional.
- (E) o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza.

43 Provisão é um passivo de prazo ou de valor incerto, reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Para fins de reconhecimento de provisão, cumpre(m) corretamente os requisitos acima descritos:

- (A) passivos derivados de apropriações por competência.
- (B) provisão para ajuste ao valor de mercado de investimentos.
- (C) provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- (D) provisão para perdas em estoques.
- (E) provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

44 O valor recuperável de unidade geradora de caixa tem como definição:

- (A) custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.
- (B) maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
- (C) montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- (D) preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- (E) valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

45 A empresa XYZ apresentava a seguinte situação patrimonial em 31 de dezembro de 20x1:

Ativo	960.000
Ativo Circulante	560.000
Banco Conta Movimento	200.000
Créditos a Receber	400.000
PECLD	(40.000)
Ativo Não Circulante	400.000
Ativo Imobilizado	500.000
Depreciação Acumulada	(100.000)
Passivo	960.000
Passivo Circulante	550.000
Fornecedores	300.000
Contas a Pagar	50.000
Empréstimo a Curto Prazo	200.000
Patrimônio Líquido	410.000
Capital Social	410.000
Resultado do Exercício	-

No exercício de 20x2, a empresa realizou as operações abaixo:

Vendas a Prazo	500.000
Recebimento de vendas a Prazo	200.000
Complemento da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	30.000
Pagamento de Fornecedores	200.000
Registro da Depreciação do Imobilizado	20.000
Despesa com Energia Elétrica	10.000

No encerramento do exercício de 20x2, elaborou-se o Balanço Patrimonial da empresa XYZ para apresentação aos sócios:

Ativo	1.240.000
Ativo Circulante	860.000
Banco Conta Movimento	200.000
Créditos a Receber	700.000
PECLD	(40.000)
Ativo Não Circulante	380.000
Ativo Imobilizado	500.000
Depreciação Acumulada	(120.000)
Passivo	1.240.000
Passivo Circulante	360.000
Fornecedores	100.000
Contas a Pagar	60.000
Empréstimo a Curto Prazo	200.000
Patrimônio Líquido	880.000
Capital Social	410.000
Resultado	470.000

Entretanto, verificou-se que o Balanço Patrimonial da Empresa XYZ apresenta omissão de registro contábil na conta:

- (A) Banco Conta Movimento
- (B) Créditos a receber.
- (C) Depreciação Acumulada.
- (D) PECLD.
- (E) Fornecedores.

46 De acordo com o artigo 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir corretamente discriminados por ente da Federação:

- (A) União: 50%, Estados: 50%, Municípios: 60%.
- (B) União: 50%, Estados: 60%, Municípios: 50%.
- (C) União: 50%, Estados: 60%, Municípios: 60%.
- (D) União: 60%, Estados: 50%, Municípios: 50%.
- (E) União: 60%, Estados: 60%, Municípios: 50%.

47 Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de:

- (A) demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- (B) comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos.
- (C) declaração do ordenador da despesa de que a renúncia tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.
- (D) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de despesa da Lei Orçamentária Anual.
- (E) demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

48 O empenho da despesa, de acordo com a Lei nº 4.320/64, é definido corretamente como:

- (A) a autorização dada pelo poder legislativo por meio da lei orçamentária anual.
- (B) a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (C) o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito orçamentário e a pessoa que lhe é credora.
- (D) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (E) o procedimento administrativo que objetiva adquirir materiais, bem como contratar obras e serviços com as melhores condições para o Estado.

49 O Relatório de Gestão Fiscal, com base na Lei Complementar nº 101/2000, será emitido ao final de cada:

- (A) ano.
- (B) bimestre.
- (C) semestre.
- (D) trimestre.
- (E) quadrimestre.

50 O Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelece que, a fim de facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, deverão ser produzidas informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. As informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações, deverão aparecer:

- (A) no quadro demonstrativo da despesa.
- (B) no quadro de receitas derivadas e originárias.

- (C) nas notas explicativas, que devem ser apresentadas de forma sistemática.
- (D) nas observações técnicas, que devem ser claras, sintéticas e objetivas.
- (E) no boletim técnico, integrante das demonstrações.

PROVA DE REDAÇÃO

Texto 1

RESISTÊNCIA À URBANIZAÇÃO NA RESTINGA DE MARICÁ – RJ

A área em questão é uma grande restinga entre a laguna de Maricá e o mar, com o ecossistema bastante preservado, e está localizada numa região de grande atração turística do estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a propriedade está contida numa Área de Preservação Ambiental estadual, a APA de Maricá e, ainda, abriga a comunidade tradicional de pescadores de Zacarias. Trava-se no momento um debate e um conflito socioambiental sobre a futura utilização do território da APA.

Texto editado. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/resistencia_desiree.pdf

Texto 2

JUSTIÇA DÁ SINAL VERDE PARA O PORTO DE MARICÁ

por Brunna Condini

Uma decisão favorável do Tribunal Regional Federal (TRF), da 2ª região, garantiu a continuidade do processo de licenciamento do Porto de Maricá, o empreendimento portuário Terminais Ponta Negra, que será instalado na Praia de Jaconé, entre Maricá e Saquarema, na Região dos Lagos. (...)

Esse impasse, que foi parar na Justiça, gira em torno do reconhecimento do valor arqueológico, paisagístico e cultural dos *beachrocks* (formações rochosas) da região de Jaconé. O Ministério Público do Rio de Janeiro havia conseguido liminar pedindo suspensão da emissão de licença ambiental por conta das rochas. No entanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) concedeu o seu “nada a opor” à instalação do empreendimento, não reconhecendo os *beachrocks* como patrimônio. E o Inea também declarou, em documento, que sugere a concessão da licença de instalação.

Texto editado. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5523388-justica-da-sinal-verde-para-o-porto-de-marica.html>

Proposta de Redação

As polêmicas em torno de empreendimentos que possam prejudicar o meio ambiente são frequentes. Por um lado, a necessidade de desenvolvimento social e econômico esbarra em possíveis agressões à natureza; por outro, a necessidade de preservação ambiental esbarra em possível estagnação da geração de empregos e do progresso. O recente crescimento do município de Maricá tem gerado esse tipo de discussão.

Em um texto dissertativo-argumentativo de 20 a 25 linhas, defenda um ponto de vista sobre seguinte tema:

“POLÊMICA AMBIENTAL: ENTRE PRESERVAR E DESENVOLVER”

O texto deve ser escrito na modalidade culta da língua portuguesa e apresentar, de maneira clara e encadeada, argumentos consistentes que viabilizem a progressão das ideias, atentando para a coesão e a coerência.

